

O papel das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas no êxito acadêmico de estudantes-mães na UFBA

The role of student assistance policies and affirmative action in the academic success of student mothers at UFBA

Bianca Magalhães dos Santos¹   

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Ana Cristina Muniz Décia²   

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

RESUMO

Este artigo é um recorte de pesquisa acerca da interseção maternagem-ensino superior, enfocando políticas institucionais de assistência estudantil e estratégias de apoio acadêmico oferecidas por instituições de ensino superior (IES) às estudantes-mães. O objetivo é analisar de que modo a gestão universitária contribui para a permanência e o êxito das estudantes-mães, considerando suas percepções de como conciliar a maternagem com a trajetória acadêmica. A análise é baseada na premissa de que conciliar os papéis de mãe e estudante impõe desafios, inclusive à gestão das IES, o que se alinha aos princípios da gestão social. A pesquisa tem natureza aplicada, mirando a política de assistência estudantil, caráter descritivo e abordagem qualitativa, combinando os métodos etnográfico e autoetnográfico, aporte teórico e técnicas de obtenção de dados, evidenciando algumas complexidades dessa vivência. O delineamento culmina em uma pesquisa implicada, que faz reflexão em ação contribuindo para a análise crítica do problema. Os resultados indicam que, embora existam políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, elas não são suficientes para garantir uma permanência qualificada material e simbólica, devido a fatores como: burocracia no acesso, desconhecimento de benefícios e editais e baixo alcance discente do apoio acadêmico e da empatia docente. Conclui-se que uma concepção mais forte de gestão social, no âmbito das IES públicas, favoreceria mais assertividade em estratégias sensíveis às vulnerabilidades socioeconômicas de estudantes-mães — marcadamente as que interseccionam gênero, raça, classe e território — que disputam pela oferta de recursos materiais e simbólicos para viabilizar o êxito

Recebido em: 13/04/2026

Aceito em: 02/06/2026

Publicado em: 23/09/2026

DOI: [10.5281/zenodo.22818427](https://doi.org/10.5281/zenodo.22818427)

Licenciado sob a [CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Conflito de interesses: Declara inexistência.

Financiamento: Fabesp 683/2025.

Parecer CEP: Não se aplica.

Uso de IA Generativa: Declara não utilização.

¹ Bacharela em secretariado executivo pela Universidade Federal da Bahia, *Master of Business Administration* (MBA) em Gestão de Projetos e Inovação pelo Centro Universitário UnifacTec. Pesquisadora com interesse nas áreas de gestão social, maternagem e suas interseções com questões de gênero, raça e classe social.

² Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora da mesma instituição. Integra o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS/UFBA). Desenvolve pesquisas nas áreas de gestão da informação, pesquisa em secretariado, educação superior, ações afirmativas, assistência estudantil, gênero e relações étnico-raciais, estudos matriarcais contemporâneos e psicologia social.

acadêmico de estudantes-mães, o que culminaria em uma ambiência universitária com mais equidade, inclusão e excelência.

Palavras-chave: estudantes-mães; assistência estudantil; políticas públicas; retenção estudantil; secretariado executivo.

ABSTRACT

This article presents a segment of a study on the intersection between mothering and higher education, focusing on institutional student assistance policies and academic support strategies offered by higher education institutions (HEI) to student mothers. The objective is to analyze how university management contributes to the persist and academic success of student mothers, considering their perceptions of how to reconcile mothering with their academic trajectory. This analysis is based on the premise that balancing the roles of mother and student imposes challenges, including for HEI management, which aligns with the principles of social management. The research is applied in nature, targeting student assistance policy; it is descriptive and adopts a qualitative approach, combining ethnographic and autoethnographic methods, theoretical frameworks, and data collection techniques, highlighting some of the complexities of this experience. The research design culminates in an engaged study, involving reflection in action and contributing to a critical analysis of the problem. The results indicate that, although there are affirmative action and student assistance policies, they are not sufficient to ensure qualified material and symbolic permanence, due to factors such as: bureaucratic barriers to access, lack of awareness of benefits and calls for applications, and limited student reach of academic support and teacher empathy. It is concluded that a stronger conception of social management, within public HEI, would enhance the effectiveness of strategies sensitive to the socioeconomic vulnerabilities of student mothers — particularly those at the intersection of gender, race, class, and territory — who compete for access to material and symbolic resources necessary to achieve academic success. This would ultimately foster a university environment marked by greater equity, inclusion, and excellence.

Keywords: student mothers; student assistance; public policies; student retention; executive secretariat.

1 Introdução

A participação da mulher na educação superior do Brasil tem sido um processo marcado por significativas conquistas e desafios persistentes. De um passado historicamente associado a papéis domésticos a restrições de acesso ao conhecimento formal, a mulher brasileira, ao longo do tempo, tem consolidado sua presença no ambiente acadêmico (Carvalho, 2016; Bezerra, 2010). Contudo, essa ascensão não se deu sem complexidades, especialmente para aquelas que acumulam o papel de estudante com o de mãe. A realidade das estudantes-mães no ensino superior demanda uma atenção particular das instituições, uma vez que a conciliação de múltiplos papéis impõe pressões expressivas em suas vidas acadêmicas, financeiras, emocionais e sociais. No contexto das universidades públicas, a assistência estudantil e o apoio acadêmico emergem como ferramentas importantes para promover a permanência e o sucesso de estudantes em situação de vulnerabilidade, incluindo as estudantes-mães. Para esse grupo, tais políticas

podem ser decisivas para atenuar as dificuldades impostas pela dupla jornada de estudos e cuidados com os filhos, as quais se manifestam em desafios socioeconômicos, psicológicos e culturais (Nunes; Silva, 2020). A instabilidade financeira, a necessidade de redes de apoio e a adaptação às rotinas acadêmicas são elementos centrais que permeiam a vivência dessas mulheres.

Neste estudo, a gestão social é compreendida como um processo de tomada de decisão coletiva, não coercitiva e dialogicamente orientada, que pressupõe a participação dos sujeitos afetados pelas políticas e ações institucionais (Tenório, 2005, p. 102). Essa concepção ancora a análise das políticas universitárias aqui investigadas, tendo em vista que questiona em que medida as decisões institucionais incorporam as vozes e necessidades das estudantes-mães. Ademais, entende-se por permanência qualificada aquela que vai além da simples manutenção do vínculo institucional, abrangendo tanto a dimensão material — o acesso a recursos que garantam as condições básicas de subsistência acadêmica — quanto a simbólica — o sentimento de pertencimento, reconhecimento e integração ao espaço universitário (Santos, 2009 *apud* Décia, 2014; Coulon, 2008). Nessa perspectiva, o êxito acadêmico pode ser compreendido como a conclusão do curso com aproveitamento satisfatório, em condições que permitam o desenvolvimento integral da estudante, sem que a maternagem seja um fator de exclusão ou penalização.

Diante do exposto, a pergunta de pesquisa que orienta o estudo é: como as políticas de assistência estudantil e apoio acadêmico da universidade contribuem para a permanência bem-sucedida de estudantes-mães na graduação diante dos desafios da maternagem? Portanto, o objetivo geral é analisar de que modo a gestão universitária contribui para a permanência e o êxito das estudantes-mães, considerando suas percepções de como conciliar a maternagem com a trajetória acadêmica. Compreende-se que a maternidade se refere ao vínculo biológico entre mãe e filho, enquanto a maternagem se relaciona com a função materna, que é a capacidade de a mãe adaptar-se às necessidades do bebê, criando um ambiente facilitador para seu desenvolvimento (Winnicott, 1999).

Para responder ao objetivo geral, concorrem os seguintes objetivos específicos: descrever a política institucional de assistência estudantil e as estratégias de apoio acadêmico oferecidas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) às estudantes-mães e conhecer a percepção das estudantes-mães sobre os benefícios de assistência estudantil e o apoio acadêmico durante a interseção de papéis.

O artigo trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, destacando a política de assistência estudantil. Possui caráter descritivo e abordagem qualitativa, combinando o uso dos métodos etnográfico e autoetnográfico e do aporte teórico, que evidenciam algumas complexidades dessa vivência. Por sua vez, o delineamento culmina em uma

pesquisa implicada que faz reflexão em ação, contribuindo para a análise crítica do problema.

A escolha do tema surgiu a partir da vivência pessoal da primeira autora, que, à época, conciliava as experiências de estudante e mãe, enfrentando o desafio de articular a maternagem com sua formação no curso de Secretariado Executivo da UFBA. Soma-se a isso a *expertise*, o conhecimento e a trajetória de pesquisa da segunda autora na área de políticas públicas e gestão social. Essa motivação é impulsionada pela percepção de que, apesar dos significativos avanços na busca por igualdade de gênero na sociedade, a maternagem ainda impõe demandas dirigidas às mulheres, configurando um campo de estudo potencial para a gestão social.

A pesquisa busca dar protagonismo às estudantes-mães do curso de Secretariado Executivo, por meio da etnografia de suas histórias e de perspectivas sobre as demandas inerentes à conciliação entre maternagem e vida acadêmica. Complementarmente, a abordagem autoetnográfica, utilizada para retratar as experiências da autora, enriquece a análise, oferecendo uma camada intimista e reflexiva sobre a interseção desses papéis.

A relevância do estudo reside em sua contribuição para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados por mães na busca pela educação superior, destacando o papel crítico das políticas de assistência estudantil como instrumentos para superar essas barreiras e subsidiar ações mais eficazes. Ao dar voz às participantes, a pesquisa permite que elas sejam protagonistas de suas narrativas, oferecendo reflexões importantes sob suas próprias perspectivas, o que é fundamental para uma gestão social responsiva e humanizada. Além disso, a relevância acadêmica do tema é inegável, visto que a experiência da maternagem perpassa a vida humana e impacta profundamente todas as pessoas.

A pesquisa, além de expandir o conhecimento científico, também subsidia a formulação de políticas e práticas inclusivas que apoiem mulheres em situações semelhantes no contexto universitário, destacando a importância da gestão social na promoção da permanência qualificada e do sucesso acadêmico desse público (Santos, 2025). Nesse sentido, o estudo pode ainda contribuir diretamente para o fortalecimento da política de orientação acadêmica em fase de implantação na Escola de Administração da UFBA, por meio do Núcleo de Orientação Acadêmica (NOA) (UFBA, 2024c).

2 Revisão de literatura

Esta seção busca subsidiar o entendimento teórico sobre os temas que fundamentam a pesquisa, articulando contribuições da literatura acerca da trajetória da mulher na educação, da experiência das estudantes-mães no ensino superior e do papel das

políticas públicas de assistência estudantil e do apoio acadêmico na permanência e no êxito dessas discentes.

Para tanto, esta seção está estruturada em quatro eixos principais: a) a trajetória da mulher na educação brasileira, destacando os aspectos históricos e sociais que influenciaram sua inserção no ensino superior; b) a condição da estudante-mãe, abordando os desafios decorrentes da conciliação entre maternagem e vida acadêmica; c) as políticas públicas de assistência estudantil; d) as estratégias de apoio acadêmico, analisando seu papel na garantia da permanência e do sucesso dessas estudantes no ensino superior.

2.1 A trajetória da mulher na educação brasileira: um percurso de conquistas e desafios

Historicamente, o espaço feminino estava confinado ao âmbito privado — a educação voltada para tarefas domésticas e preparação conjugal — ao passo que o espaço masculino estava vinculado ao público, assumindo autoridade política e econômica (Carvalho, 2016). Embora existisse alguma educação para mulheres, ela se direcionava a ações de manutenção familiar — como costura, bordado e serviços domésticos — excluindo esse público dos saberes considerados eruditos ou profissionais.

As mulheres estavam sujeitas a restrições legais que as proibiam de se matricular em cursos de ensino superior. Além disso, no ensino básico, seu currículo educacional era notadamente restrito, limitando-se, em grande parte, à economia doméstica e excluindo noções fundamentais de geometria. O aprendizado da aritmética, nesse contexto, era confinado a quatro operações básicas (Filgueiras, 2004).

A emancipação educacional feminina avançou lentamente no Brasil Imperial, apesar da proibição legal para o ensino superior. Um exemplo paradigmático foi o ensino rigoroso dado às princesas Isabel e Leopoldina por D. Pedro II — que incluía química e ciências —, contrariando o decreto sancionado por D. Pedro I, no dia 15 de outubro de 1827, que restringia a educação das mulheres. No entanto, ao proporcionar uma educação formal rígida às filhas, o imperador também buscava garantir o preparo de uma futura governante, visto que, com as mortes prematuras dos dois filhos, Isabel se tornaria a herdeira oficial do trono ao completar 14 anos (Filgueiras, 2004).

No Brasil do século XIX, as mulheres negras e as provenientes de classes mais pobres enfrentavam diversos impedimentos para acessar a educação. O sistema educacional da época era excludente e extremamente limitado. A educação pública era escassa e, mesmo quando disponível, frequentemente apresentava baixa qualidade. A situação das mulheres negras era particularmente grave, já que muitas viviam sob o regime da escravidão, o que as excluía quase completamente do acesso à educação formal. Em

1872, apenas 13,43% da população feminina brasileira era alfabetizada, enquanto, entre os escravizados, esse número era ainda mais alarmante, com uma taxa de analfabetismo de 99,9%. Dessa forma, a educação destinada às mulheres negras e pobres era praticamente inexistente, refletindo e perpetuando as desigualdades sociais e raciais da época (Filgueiras, 2004).

No Brasil, Maria Augusta Generoso Estrela foi pioneira ao obter um diploma em medicina, tornando-se a primeira médica do país. Sua formação ocorreu em Nova York, em 1881, uma vez que, à época, as mulheres não possuíam autorização para cursar o ensino superior no Brasil. Seus estudos foram financiados por D. Pedro II, apoio que pode ser considerado a primeira bolsa de estudos concedida a uma mulher brasileira. Com a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, o acesso feminino ao ensino superior no Brasil passou a ser legalmente permitido e, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a se diplomar em medicina no país (Filgueiras, 2004).

Desde então, a presença das mulheres no ensino superior cresceu significativamente. Em 2021, elas representavam 58,4% das matrículas totais, superando 50%, com predominância ainda mais forte em cursos como pedagogia (91,7%) e serviço social (89,8%), segundo o Instituto Semesp (2023). No curso de Secretariado Executivo da UFBA, o primeiro do Brasil — criado em 1969 e reconhecido oficialmente em 1978 —, observa-se uma grande representatividade feminina, que, embora reforce estereótipos, também evidencia uma consolidação profissional. Bittencourt e Mendes (2022) estimam que a presença masculina nos cursos de Secretariado Executivo ainda é reduzida, correspondendo a apenas 20% do total de estudantes, enquanto as mulheres representam cerca de 80%. No âmbito acadêmico, destaca-se que as mulheres-secretárias exercem funções complexas e estratégicas, desafiando visões estereotipadas disseminadas pela mídia (Bilert; Biscoli, 2011), como as retratadas em filmes, séries e telenovelas.

Apesar dos avanços na inserção das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, persistem desigualdades de gênero sustentadas por estruturas patriarcais que historicamente atribuem às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e pela maternagem, enquanto os homens ocupam espaços de poder (Vieira; Ávila, 2018; Nunes; Silva, 2020). Tais desigualdades afetam, de forma mais intensa, grupos vulnerabilizados, como mulheres negras e em situação de pobreza.

Essa exclusão histórica não se dissolveu com a chegada formal da mulher negra ao ensino superior. Santos (2001) aponta que a discriminação racial no campo educacional brasileiro opera de forma estrutural, produzindo desigualdades que persistem mesmo quando o acesso formal é garantido. Para o autor, as dificuldades enfrentadas pela população negra na educação decorrem não apenas de barreiras econômicas, mas também de mecanismos simbólicos e institucionais que naturalizam a exclusão,

tornando-a invisível e, portanto, mais difícil de enfrentar. Nesse sentido, as estudantes negras seguem enfrentando obstáculos para permanecer e se desenvolver em espaços educacionais e institucionais (Nunes; Silva, 2020).

2.2 A estudante-mãe no ensino superior

A presença de mulheres no ensino superior representa uma importante conquista no processo de democratização do acesso à educação. No entanto, as estudantes que também são mães enfrentam desafios particulares que vão além das demandas acadêmicas. Tais desafios se originam, em grande parte, de construções sociais enraizadas sobre os papéis femininos e da persistência de estereótipos que associam a identidade da mulher à maternidade.

Segundo Vieira e Ávila (2018), há uma expectativa social historicamente construída de que a mulher deve encontrar na maternidade sua principal forma de realização pessoal. Nesse contexto, o fato de ser mulher é, muitas vezes, entendido como sinônimo de ser mãe, o que gera pressões sociais para que a mulher cumpra esse papel, independentemente de sua vontade ou de seus projetos de vida. Essa imposição reforça a ideia de que o destino feminino está intrinsecamente ligado à família e aos cuidados com os filhos, desvalorizando outras formas de realização, como a acadêmica, profissional, política ou pessoal.

A estudante-mãe, ao desafiar esse modelo tradicional, ocupa um lugar de tensão entre as expectativas sociais de cuidado, a dedicação exclusiva à maternagem e os compromissos exigidos pelo ambiente universitário (Oliveira, 2021). Nesse cenário, as responsabilidades do cuidado — frequentemente desprovidas de apoio institucional ou familiar — tornam-se barreiras impeditivas à permanência e ao bom desempenho acadêmico dessas mulheres. Muitas vezes, elas enfrentam múltiplas jornadas, conciliando os estudos, o trabalho e a maternagem, sem o devido reconhecimento ou suporte por parte das instituições de ensino.

O processo de afiliação intelectual e institucional é essencial na formação acadêmica, pois envolve não apenas a adaptação ao ambiente universitário, mas também a construção de identidade como sujeito do conhecimento e membro da cultura acadêmica (Coulon, 2008). A afiliação intelectual refere-se ao engajamento ativo do estudante com o conhecimento e à sua inserção no processo de construção acadêmica; já a afiliação institucional diz respeito à integração do estudante com a vida universitária e as suas atividades extracurriculares (Coulon, 2008). No entanto, para estudantes-mães, manter esse duplo vínculo torna-se um desafio diante da sobrecarga gerada pela conciliação entre maternagem e vida universitária. Segundo Silva e Guedes (2020), a responsabilidade por esse equilíbrio costuma ser atribuída à própria mulher, alimentando um discurso de individualização e culpabilização.

Esse panorama também se reflete no mercado de trabalho. Contrariando representações equivocadas, as profissionais de secretariado executivo provam diariamente sua importância ao exercerem um papel estratégico, possibilitando a eficiência organizacional e contribuindo para o sucesso das instituições onde atuam. Ao destacar seu preparo técnico, sua postura ética e seu impacto direto nos resultados empresariais, é possível desconstruir os preconceitos perpetuados pela mídia e reafirmar o valor inestimável dessa profissão no cenário atual (Bilert; Biscoli, 2011).

Além dos desafios inerentes à profissão, as mães que atuam como profissionais de secretariado executivo enfrentam uma dupla jornada que exige ainda mais resiliência, organização e força. Essas mulheres, além de desempenharem um papel estratégico dentro das organizações, também equilibram suas responsabilidades profissionais com a maternagem — um desafio que demanda planejamento, foco e flexibilidade. Ser mãe, no contexto da profissão de secretariado executivo, significa lidar com uma rotina dinâmica e, muitas vezes, imprevisível, que exige a conciliação entre os prazos corporativos e as necessidades de seus filhos. Apesar disso, essas profissionais frequentemente demonstram habilidades únicas, como empatia, capacidade de executar multitarefas e inteligência emocional, que enriquecem sua atuação no ambiente de trabalho (Bilert; Biscoli, 2011).

A ausência de redes de apoio, como familiares ou serviços públicos, contribui para a sobrecarga física e emocional das mães, afetando seu rendimento acadêmico e bem-estar (Bitencourt, 2019; Oliveira, 2021). Além disso, fatores econômicos como baixa renda e exclusão educacional dificultam o acesso e a permanência no ensino superior. Mulheres em situação de vulnerabilidade têm menos oportunidades de contar com serviços como creches ou suporte doméstico, o que intensifica a desigualdade (Mota; Novo, 2019; Hooks, 2017).

A autora bell hooks (2017) destaca que a pobreza tem se tornado um problema central para as mulheres, especialmente devido ao dismantelamento de sistemas de bem-estar social, que frequentemente privam mulheres pobres do acesso a necessidades básicas, como moradia e alimentação. Além disso, o mercado de trabalho, marcado por empregos incapazes de sustentar famílias e pela ausência de apoio financeiro de muitos homens, reforça a dependência econômica. A teórica sugere que alternativas sustentáveis, como subsídios estatais e acesso à educação por meio de tecnologias, podem oferecer maior independência às mulheres e suas famílias.

Além disso, a sobrecarga provocada pela multiplicidade de papéis — mãe, estudante, profissional e gestora do lar — afeta diretamente o desempenho acadêmico. A persistente desigualdade de gênero nas tarefas domésticas, mesmo entre casais, revela que o acúmulo de funções ainda recai majoritariamente sobre as mulheres (Carvalho, 2016), dificultando o aproveitamento acadêmico e a permanência no ensino superior.

É fundamental reconhecer o valor e a contribuição dessas mães-profissionais e estudantes-mães que estão em busca dessa formação, tanto no âmbito corporativo quanto no familiar. Elas são exemplos de força e dedicação e demonstram diariamente como é possível desempenhar um papel estratégico nas organizações enquanto cuidam de suas famílias.

2.3 Políticas públicas e assistência estudantil no apoio às estudantes-mães no ensino superior

A política de assistência estudantil no Brasil ganhou reforço com a promulgação da Lei nº 14.914/2024, que institucionalizou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), originalmente criado pelo Decreto nº 7.234/2010. Essa política visa garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da oferta de auxílios como moradia, alimentação, transporte, saúde, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, entre outros. As instituições federais de ensino superior (Ifes) são responsáveis pela implementação e gestão desses auxílios, com foco na promoção da equidade, redução da evasão e melhoria do desempenho acadêmico (Brasil, 2024a).

A UFBA, por meio da Resolução nº 05/2022, instituiu sua Política de Assistência Estudantil (Paes), com base nos princípios da dignidade humana, legalidade, impessoalidade e promoção da permanência qualificada. A política é operacionalizada pela Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae), que oferta auxílios financeiros, bolsas e serviços direcionados a estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre os auxílios, destacam-se o auxílio moradia, o auxílio transporte, o auxílio saúde, o auxílio acolhimento e, em especial, o auxílio creche, que oferece apoio financeiro a estudantes com filhos pequenos (UFBA, 2022).

Além do auxílio financeiro, a UFBA mantém o serviço creche, destinado a crianças de quatro meses até 3 anos e 11 meses, filhas e filhos de estudantes e servidores, como forma de fornecer o cuidado infantil durante a permanência acadêmica dos responsáveis. Tais políticas são fundamentais para estudantes-mães, pois atuam como estratégia de enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam gênero, maternagem e acesso à educação. Contudo, desafios persistem, como insuficiência orçamentária, atrasos nos pagamentos e falta de clareza na comunicação institucional, comprometendo a efetividade das ações e a segurança das beneficiárias (Polcri, 2025).

Apesar da importância desses programas, a oferta de vagas é limitada. Por exemplo, no edital nº 15/2024.2, foram abertas apenas dez novas vagas para o auxílio creche, e o número de vagas residuais para o serviço creche foram ainda menores, conforme apresenta o Quadro 1. A renovação do benefício está sujeita a um processo semestral obrigatório, o que pode gerar incertezas para as famílias contempladas (UFBA, 2024b).

Quadro 1: Quantidade de vagas ofertadas para o serviço creche

		Modalidade			
		Data de referência da idade: mês de XX de XXXXXX de 2024*			
		*Berçário	Grupo I	Grupo II	Grupo III
Público	Turno	De 4 meses a 11 meses	De 1 ano a 1 ano e 09 meses	De 1 ano e 10 meses a 2 anos e 09 meses	De 2 anos e 10 meses a 3 anos e 10 meses
Estudante	Matutino	2	2	3	3
	Vespertino	2	2	3	3
Técnico Adm/ Docente	Matutino	** CR	**CR	**CR	**CR
	Vespertino	**CR	**CR	**CR	**CR

* A idade do bebê/criança em 30/09/24 data deve estar dentro dos intervalos de idade indicado em cada grupo, com exceção do Berçário que na data referenciada deverá estar com 6 meses.

** CR corresponde ao cadastro reserva - podendo ser chamado/a caso surja vaga.

Fonte: UFBA (2024b).

A precariedade das políticas públicas e dos serviços de cuidado infantil, especialmente a insuficiência de vagas em creches universitárias, impõe obstáculos à permanência das estudantes-mães. Embora existam iniciativas institucionais, como creches universitárias e propostas legislativas que buscam ampliar seu acesso, ainda há um descompasso entre a demanda e a oferta (Vieira; Souza; Rocha, 2019).

Além disso, as restrições impostas tornaram ainda mais desafiadora a experiência universitária, tanto do ponto de vista material quanto do simbólico. A permanência estudantil pode ser compreendida em duas dimensões: a material, que abrange as condições concretas de subsistência, como moradia, alimentação e apoio financeiro; e a simbólica, relacionada ao pertencimento, ao reconhecimento e à integração no espaço acadêmico (Santos, 2009 *apud* por Décia, 2014; Coulon, 2008). Portanto, a assistência estudantil configura-se não apenas como suporte financeiro, mas também como política pública fundamental à permanência e ao sucesso acadêmico das estudantes em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que acumulam a função da maternagem.

2.4 Apoio acadêmico

A UFBA, por meio da Resolução CONSUNI nº 09/2024, estabelece, no Capítulo V do Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* (REGPG), diretrizes fundamentais para a orientação acadêmica, reconhecida como um ato pedagógico estratégico para a permanência e o êxito dos estudantes no ensino superior. Essa orientação deve se articular em três dimensões complementares: a) afiliação e acolhimento dos ingressantes, favorecendo a adaptação ao ambiente universitário; b) planejamento da trajetória formativa, com foco na organização curricular e no desenvolvimento acadêmico; c) orientação profissional, voltada à preparação para o mercado de trabalho ou continuidade dos estudos em níveis mais avançados (UFBA, 2024a).

A implementação eficaz da orientação acadêmica é de responsabilidade dos colegiados dos cursos ou programas, que devem definir critérios para a escolha de docentes orientadores, regulamentar a relação entre orientador e orientando e acompanhar sua efetividade. Compete ao orientador elaborar, junto ao estudante, um plano de estudos personalizado, acompanhar o desempenho acadêmico, identificar eventuais dificuldades e propor estratégias de superação. Também cabe a esse docente emitir pareceres sobre demandas estudantis quando solicitado, promovendo o seu desenvolvimento acadêmico e profissional (UFBA, 2024a).

Complementarmente, a Resolução CAE nº 05/2018 da UFBA regula dispositivos de apoio específicos, como o regime domiciliar e o trancamento especial, voltados a grupos em situação de vulnerabilidade acadêmica temporária, especialmente gestantes, puérperas, adotantes e seus/suas companheiros(as). O regime domiciliar permite a realização remota de atividades acadêmicas durante a gestação e o pós-parto, assegurando a continuidade dos estudos. Já o trancamento especial possibilita a suspensão temporária das atividades acadêmicas, sem prejuízo ao vínculo institucional e sem impactar o coeficiente de rendimento (CR), o tempo de integralização do curso ou o escalonamento de matrícula (UFBA, 2018). Cabe ressaltar que o regime domiciliar possui um limite de até 75% dos dias letivos do semestre. Caso ele seja ultrapassado, o estudante pode recorrer ao trancamento especial.

Além dessas normativas, a Escola de Administração da UFBA (EA-UFBA) disponibiliza, em seu portal institucional, uma seção de serviços que reúne diversos guias informativos sobre assistência estudantil, serviço médico e psicológico, entre outros. Tais instrumentos buscam promover o bem-estar dos estudantes e facilitar sua integração à vida universitária de forma pontual. De modo mais consistente, uma política de orientação acadêmica está em fase de implantação, conforme seu regimento interno (UFBA, 2024c), por meio do NOA, em conjunto com outros núcleos, como os de pesquisa, extensão e estágio.

Para as estudantes-mães, em particular, essas ações institucionais são essenciais, pois oferecem suporte diante dos desafios decorrentes da maternagem no contexto acadêmico. A articulação entre acolhimento, apoio emocional, orientação pedagógica e cuidados com a saúde contribui significativamente para a permanência estudantil bem-sucedida, criando condições para que essas discentes conciliem seus múltiplos papéis e alcancem seu potencial acadêmico.

3 Metodologia

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. São descritos a abordagem, o campo e as participantes, bem como as técnicas de coleta e os procedimentos de análise dos dados, em consonância com os objetivos do estudo.

3.1 Abordagem metodológica

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na etnografia e na autoetnografia como estratégias metodológicas principais, além da pesquisa bibliográfica e documental, contemplando conceitos importantes e aspectos da legislação. A escolha por essas abordagens visa captar, de forma aprofundada, as complexidades e especificidades da experiência de estudantes-mães no curso de Secretariado Executivo da UFBA, especialmente no que tange à interseção entre a maternagem, a formação acadêmica e os mecanismos institucionais de suporte. Como observa Minayo e Costa (2018), o apreço pela importância da pesquisa qualitativa começa a partir da premissa de que, em nossa existência, cada indivíduo detém um acervo de saberes e vivências, resultante de sua forma de raciocinar, sentir, agir e interagir.

A etnografia, com sua tradição nas ciências sociais, oferece os instrumentos necessários para apreender as nuances do cotidiano acadêmico e os desafios enfrentados por essas mulheres (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021). Por meio da observação e da interação com as participantes, essa abordagem permite a construção de uma visão contextualizada e abrangente das suas trajetórias individuais e coletivas.

Em complemento, a autoetnografia confere uma dimensão reflexiva e intimista ao estudo, já que a pesquisadora compartilha da realidade investigada. Essa abordagem utiliza a experiência pessoal da autora, à época estudante-mãe, como fonte de dados, aprofundando a análise da intersecção entre maternagem e vida acadêmica (Maia; Batista, 2020). A combinação dessas abordagens enriquece a pesquisa ao oferecer uma perspectiva que abrange tanto o coletivo quanto o individual, visando não apenas descrever, mas também compreender os significados atribuídos a essas vivências, em articulação com os conceitos teóricos.

3.2 Campo, participantes e amostragem

O presente estudo teve como foco estudantes-mães do curso de Secretariado Executivo da UFBA que exerceram a maternagem durante a graduação, especificamente aquelas com filhos na faixa etária da primeira infância, compreendida entre zero e seis anos. Esse recorte se justifica por se tratar de uma fase considerada crucial para o desenvolvimento infantil, caracterizada por intensas demandas físicas, emocionais, cognitivas e sociais. De acordo com o Ministério da Saúde (MS), as experiências vivenciadas nesse período — especialmente aquelas mediadas pela interação com os cuidadores — são determinantes para o bem-estar, o desenvolvimento saudável e o aprendizado contínuo da criança (Brasil, 2024b). Assim, a escolha por delimitar o estudo a mães com filhos nessa faixa etária está diretamente relacionada ao reconhecimento, pela literatura, de que a maternagem, na primeira infância, impõe maiores exigências físicas e emocionais, potencializando os desafios de conciliar os papéis de mãe e estudante no ensino superior.

A seleção das participantes foi realizada por meio de uma amostragem não probabilística por conveniência. Um formulário eletrônico foi divulgado via grupo de WhatsApp de estudantes e egressos do curso e por *e-mail* institucional do colegiado do curso. Das nove respostas recebidas, seis correspondiam ao perfil estabelecido e todas as participantes elegíveis concordaram em contribuir com a pesquisa, demonstrando disponibilidade e compatibilidade com os objetivos do estudo.

3.3 Técnicas de obtenção dos dados

Para atender aos objetivos da pesquisa, foi empregada uma combinação de técnicas de obtenção de dados e informações: questionário de pesquisa, análise documental e observação assistemática.

Inicialmente, propôs-se a realização de um grupo focal para captar as nuances das experiências das participantes. Contudo, devido à sensibilidade do tema e às dificuldades de conciliação de agendas, essa técnica não foi viabilizada. Optou-se, então, pela aplicação de um questionário de pesquisa via Google Forms. O instrumento, estruturado em seções, foi elaborado para obtenção de informações detalhadas e sensíveis, alinhadas aos objetivos da pesquisa. Para garantir sua clareza e eficácia, o questionário passou por uma revisão criteriosa e foi testado por uma estudante-mãe, cujas respostas não foram incluídas na análise final.

3.4 Tratamento e análise dos dados

A partir dos eixos revisados, o estudo ancora-se em três conceitos estruturantes que orientam a análise dos dados: a) a **interseccionalidade** (Nunes; Silva, 2020; Santos, 2001), que ilustra como gênero, raça, classe e território se combinam para intensificar as vulnerabilidades das estudantes-mães, produzindo experiências que não podem ser compreendidas a partir de um único eixo de análise; b) a **permanência qualificada** em suas dimensões material e simbólica, compreendendo a dimensão material como o conjunto de condições objetivas que possibilitam a continuidade da estudante na universidade — tais como renda, transporte, alimentação, moradia, creche, bolsas e acesso a serviços institucionais — e a dimensão simbólica como o reconhecimento, o pertencimento, o acolhimento e a legitimação de sua presença no espaço acadêmico (Santos, 2009 *apud* Décia, 2014) — essa compreensão articula-se à noção de afiliação proposta por Coulon (2008), segundo a qual permanecer na universidade não significa apenas possuir matrícula, mas também aprender códigos, regras, práticas e modos de funcionamento da vida universitária, construindo vínculos institucionais e condições efetivas de participação e desenvolvimento acadêmico —; c) os princípios da **gestão social** (Tenório, 2005), que fundamentam a expectativa de uma gestão universitária responsiva, participativa e comprometida com a equidade. É a articulação crítica entre

esses três conceitos que confere consistência teórica à análise dos dados apresentada nesta subseção.

A estratégia de análise de dados empregada foi a análise de conteúdo, devido à sua capacidade de revelar significados implícitos em mensagens e sua adequação para lidar com dados simbólicos e linguísticos (Franco, 2012). Essa abordagem reconhece a linguagem como uma construção social dinâmica, que reflete e influencia o pensamento humano e permite uma interpretação sistemática e crítica de diversas formas de mensagens. A análise de conteúdo possibilitou compreender como as participantes constroem e expressam suas experiências. Além disso, a sistematização da análise garante a coerência e fundamentação das interpretações, atendendo aos critérios de rigor científico (Franco, 2012).

4 Apresentação dos dados e análise dos resultados

Nesta seção serão apresentados os dados do estudo e as informações obtidas no questionário de pesquisa, bem como a análise dos resultados articulados ao referencial teórico.

4.1 Perfil das estudantes-mães

A subseção apresenta o perfil das estudantes-mães do curso de Secretariado Executivo da UFBA que participaram da pesquisa, além de uma das autoras, que contribuiu com um relato autoetnográfico sobre sua maternagem, totalizando sete participantes. Para preservar a privacidade e conferir um simbolismo às suas histórias de força, resiliência e beleza, as participantes foram identificadas por nomes de flores: Rosa, Lírio, Violeta, Camélia, Íris e Dália. A escolha dessas participantes visou capturar diversas perspectivas sobre os desafios de conciliar a maternagem e a graduação. O Quadro 2 detalha brevemente o perfil das participantes, servindo como ponto de partida para a análise das informações obtidas e para uma compreensão humanizada de suas realidades.

Quadro 2: Perfil das estudantes-mães

NOME	IDADE	COR/RAÇA	QUANT. DE FILHOS/AS	GÊMEOS (S ou N)
Rosa	29 anos	Preta	1	Não
Lírio	27 anos	Parda	2	Sim
Violeta	30 anos	Preta	1	Não
Camélia	26 anos	Preta	1	Não
Íris	23 anos	Preta	1	Não
Dália	25 anos	Parda	1	Não
Santos	28 anos	Parda	1	Não

Fonte: Elaboração própria (2025).

Todas as participantes se identificaram como mulheres cisgênero³. Elas têm idades entre 23 e 30 anos e são mães biológicas de crianças com idades entre um e quatro anos. Suas gravidezes não foram planejadas e ocorreram entre os primeiros e os intermediários semestres do curso. Entre elas, quatro se reconhecem como negras de cor preta e três como negras de cor parda; e apenas uma das participantes é mãe de gêmeos. Todas elas estavam cursando a graduação durante a aplicação da pesquisa. O período de ingresso e permanência dessas mães na graduação em secretariado executivo compreendeu os anos de 2017 a 2025.

4.2 Percepção das estudantes-mães acerca dos benefícios de assistência estudantil e apoio acadêmico

A análise das percepções das estudantes-mães sobre os benefícios de assistência estudantil e apoio acadêmico da UFBA revelou um cenário de uso e conhecimento variado. Algumas participantes, como Rosa, Violeta, Íris e Dália, já haviam acessado recursos como creche universitária, auxílio-alimentação e restaurante universitário, enquanto Lírio e Camélia não os utilizaram ou desconheciam sua existência.

A creche universitária foi reconhecida como um suporte importante, porém com limitações de idade (até 3 anos e 11 meses) e tempo de permanência. Essas barreiras geram desafios na continuidade do cuidado, especialmente quando as crianças atingem o limite de idade no meio do ano letivo, como destacado por Dália: “As crianças quando completam 3 anos precisam sair da creche, [...] é difícil achar escola ou creche no meio do ano letivo” (Dália, 2025).

A percepção geral sobre a adequação dos benefícios foi mista: algumas consideraram o suporte insuficiente, sugerindo a ampliação e facilitação do acesso, enquanto outras, como Violeta (2025), reconheceram os esforços institucionais, mas apontaram dificuldades de acesso: “[...] eles oferecem vários suportes, o problema é conseguir acessar todos.”. A insuficiência de vagas e a burocracia do processo seletivo constituíram críticas recorrentes, uma vez que as entrevistadas relataram a ausência de ampla divulgação acerca do período de inscrição, da quantidade de vagas e das instruções referentes aos procedimentos exigidos. Esse cenário corrobora o que Nunes e Silva (2020) identificam como um descompasso estrutural entre a existência formal das políticas e sua efetiva apropriação pelas estudantes, indicando que a garantia legal do acesso não elimina as barreiras simbólicas e procedimentais que dificultam o usufruto dos direitos. Além disso, à luz do conceito de permanência qualificada (Santos, 2009

³ Mulher cisgênero é aquela cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, ou seja, uma mulher que se identifica com o gênero feminino desde o nascimento.

apud Décia, 2014), os obstáculos descritos comprometem não apenas a dimensão material da permanência, mas também a simbólica. Ao não encontrar suporte acessível, a estudante-mãe pode internalizar a percepção de que a universidade não foi feita para ela, fragilizando seu sentimento de pertencimento.

As participantes sugeriram melhorias, incluindo um auxílio financeiro específico para mães-estudantes, para cobrir gastos com crianças acima de 3 anos e 11 meses. Como proposto por Íris: “Além do benefício creche (que é específico para estudantes com filhos), poderia ter algum auxílio financeiro que atendesse também estudante com filhos [com idade superior aos 3 anos e 11 meses] (semelhante a auxílios para pessoas trans que estão em vulnerabilidade socioeconômica.” (Íris, 2025). Compreende-se que, após o término do tempo limite de permanência das crianças, as mães passam a se sentir desamparadas. Evidencia-se, ainda, a necessidade de ampliação do tempo de permanência na creche, bem como de ações de acolhimento e empatia por parte do corpo docente.

O relato da pesquisadora reforça a importância dos auxílios financeiros para a permanência na universidade, apesar da burocracia inicial, e destaca a necessidade de um maior investimento, dada a dificuldade de conciliar a graduação com os custos de criação de um filho sem dispor de rede de apoio:

As políticas públicas disponíveis foram essenciais para a minha permanência na universidade. Tive conhecimento através da psicóloga do Serviço Médico Universitário (SMURB), que comentou sobre os auxílios da UFBA, mas eu achava o processo muito longo e burocrático, então não havia tentado. Somente após a gestação e as limitações financeiras, que poderiam afetar severamente a minha família, decidi recorrer ao Auxílio PAES, ainda durante o período da pandemia, quando ele era chamado de Auxílio Emergencial (ou algo semelhante). Depois de parir, solicitei o Auxílio Creche, que pode ser utilizado tanto para pagar um serviço de cuidado infantil quanto para custear outras despesas com a criança. Graças aos auxílios recebidos, posso continuar minha formação acadêmica e concluir com calma a graduação. [...] Acredito que poderiam investir mais e aumentar o valor pago aos estudantes com filhos, pois, sem dúvidas, é muito caro continuar na graduação e sustentar uma criança, principalmente para pessoas que, como eu, não possuem ajuda financeira nem rede de apoio (Santos, 2025, p. 64).

Quanto ao apoio acadêmico, a carência foi uma queixa frequente. Embora Rosa, Violeta e Camélia tenham recebido alguma orientação do colegiado, Lírio, Íris e Dália não tiveram esse suporte. Experiências negativas com professores, incluindo comentários inadequados e falta de sensibilidade em relação à maternagem, foram relatadas. Íris descreveu um comentário constrangedor sobre sua gravidez durante uma apresentação: “[...] uma professora não tinha reparado que eu estava grávida e quando fui apresentar um seminário na frente de todos, ela disse: ‘essa menina tá grávida desde quando que não percebi? ‘tava’ escondendo? agora que vi o barrigão!’ levei na esportiva, mas não

esperava a ‘brincadeira’”. Rosa expressou mal-estar diante da atitude de um professor: “Foi muito difícil e ruim. [Me] senti muito mal”. O relato da pesquisadora também evidencia a falta de flexibilização para ausências devido a questões maternas, resultando em reprovações e sentimentos de decepção:

Como Íris e Rosa, passei por momentos de desconforto vivenciado no ambiente acadêmico. Já precisei faltar aula diversas vezes porque meu filho estava doente, porque meu marido precisou sair para resolver algo ou porque tive uma noite mal dormida devido aos despertares da criança e não consegui levantar cedo para ir à aula. Ao conversar com alguns professores sobre a situação, percebi que não houve disposição para aliviar a contagem de faltas ou flexibilizar as atividades acadêmicas referentes ao período ausente. Sei que o foco da universidade é a formação acadêmica, mas acredito que todos os campi deveriam ter um espaço para as crianças, caso os pais precisem levá-las à faculdade. É muito desconfortável buscar suporte de pessoas que esperamos que sejam empáticas e receber o oposto. Já cheguei a ser reprovada em uma disciplina devido à falta de empatia de um professor. Ainda que eu tenha alcançado o limite de faltas, o falecimento de minha bisavó com apresentação do atestado foi desconsiderado. A falta de empatia e sensibilidade por parte do professor me deixou perplexa e decepcionada (Santos, 2025, p. 65).

A variação na percepção sobre o acolhimento docente sugere a necessidade de iniciativas institucionais de conscientização e formação de professores para promover um ambiente universitário mais inclusivo. A possibilidade de atividades domiciliares durante a gestação e o pós-parto foi um benefício importante para Rosa, Lírio, Íris e Dália, mas seu desconhecimento por Camélia aponta para a necessidade de maior divulgação. A experiência da pesquisadora com o exercício domiciliar durante a pandemia, embora tenha sido acolhida pela maioria dos professores, também revelou dificuldades e a falta de flexibilidade de uma professora, como explicita sua autoetnografia:

[...] tive um problema com uma professora que me reprovou porque não consegui entregar um trabalho que exigia minha presença física, mesmo estando amparada pelo instituto do exercício domiciliar. Não consegui realizar a atividade de substituição, pois era algo extenso e estava além das minhas possibilidades naquele momento da minha vida. E mesmo informando sobre o que eu passei, foi dito que era a única possibilidade, e fiquei reprovada (Santos, 2025, p. 66).

Tais experiências dialogam com o conceito de afiliação institucional de Coulon (2008): quando a instituição — representada aqui pelo corpo docente — falha em reconhecer as especificidades da estudante-mãe, compromete não apenas o desempenho pontual, mas também o próprio processo de construção identitária da estudante como sujeito do conhecimento. A ausência de empatia, nesse sentido, não é apenas uma falha interpessoal, mas também um dado de gestão que revela lacunas na formação e na sensibilização do quadro docente. Da mesma forma, Silva e Guedes (2020) identificam como individualização da responsabilidade a lógica institucional que transfere para a

estudante o ônus de se adaptar a um modelo que não foi desenhado para incluí-la, ignorando as estruturas de desigualdade que condicionam suas escolhas e limitam suas possibilidades de cumprimento das exigências acadêmicas.

Os relatos evidenciam, ainda, gradações distintas entre permanência precária e êxito relativo. Lírio e Camélia, ao não acessarem os benefícios disponíveis — seja por desconhecimento, seja por barreiras processuais — experimentaram uma permanência fragilizada, mais próxima da dimensão material ausente descrita por Santos (2009 *apud* Décia, 2014). Rosa, Íris e Dália, apesar dos percalços com docentes e com os longos processos institucionais, lograram avançar em sua trajetória, ainda que ao custo de sobrecarga emocional e, em alguns casos, de reprovações que impactaram seu tempo de integralização. Nenhuma das participantes relatou ter abandonado o curso, o que pode indicar que as políticas existentes cumprem um papel mínimo de retenção — mas não necessariamente de permanência qualificada em sua dimensão simbólica. Essa distinção é fundamental para que a gestão universitária avalie não apenas os índices de evasão, mas também a qualidade da experiência acadêmica das estudantes que permanecem.

A avaliação do impacto do apoio acadêmico na experiência universitária também foi divergente. Enquanto algumas participantes como Camélia e Íris relataram melhorias significativas, outras (como Violeta) sentiram falta de um suporte mais robusto. Essas perspectivas reforçam a importância de ampliar os serviços de acolhimento e integrar as necessidades das estudantes-mães às práticas institucionais, garantindo suporte acadêmico, emocional, social e material e evitando que essas alunas fiquem desassistidas em sua trajetória acadêmica. A plena oferta da orientação acadêmica prevista nos arts. 137 a 146, Capítulo V do REGPG, é essencial nesse contexto (UFBA, 2024a). Todavia, esse núcleo, voltado à promoção da orientação acadêmica na unidade, está em fase de implantação, conforme descrito.

5 Considerações finais

Este estudo buscou analisar a contribuição da gestão social universitária, por meio de suas políticas de assistência estudantil e estratégias de apoio acadêmico para a permanência e o sucesso de estudantes-mães na UFBA, à luz de suas percepções e desafios na conciliação da maternagem com a vida acadêmica. A abordagem qualitativa, pautada na etnografia e autoetnografia, permitiu uma compreensão aprofundada das complexidades que permeiam a vivência dessas mulheres no ensino superior.

Os achados revelaram que, embora a UFBA ofereça políticas de assistência estudantil e apoio acadêmico, como creche universitária e auxílios financeiros, sua percepção de adequação e acessibilidade varia entre as estudantes-mães. Observou-se que a creche é um suporte essencial, mas as limitações de faixa de idade da criança e número de

vagas geram obstáculos para a continuidade dos estudos. Além disso, a burocracia no acesso aos benefícios e a falta de conhecimento sobre alguns programas ainda persistem.

No que se refere ao apoio acadêmico, as participantes expressaram uma carência de suporte mais robusto e humanizado. Relatos de situações desconfortáveis e falta de sensibilidade por parte de alguns docentes sublinham a necessidade urgente de ações de conscientização e formação continuada para o corpo docente. A flexibilização das atividades acadêmicas, embora importante, nem sempre é acompanhada de uma compreensão integral das demandas impostas pela maternagem. A ausência de empatia, conforme evidenciado por algumas experiências, pode impactar negativamente o desempenho acadêmico e a permanência bem-sucedida das estudantes-mães em especial, mas não é restrita a essas.

Ao contemplar as narrativas das participantes, foi evidenciada a necessidade de acesso aos auxílios financeiros para a permanência qualificada na universidade e a necessidade de maior investimento, bem como a importância de uma rede de apoio e compreensão institucional da condição dessas estudantes. As experiências compartilhadas ressaltam a urgência de a gestão universitária não apenas ampliar o escopo de seus benefícios, mas também qualificar a forma como o apoio é oferecido, garantindo que as políticas e práticas sejam verdadeiramente inclusivas e respondam às necessidades específicas das estudantes-mães em situação de vulnerabilidade.

Portanto, a pesquisa alcançou o objetivo proposto de analisar de que modo a gestão universitária contribui para a permanência e o êxito das estudantes-mães, considerando suas percepções sobre os desafios de conciliar a maternagem com a trajetória acadêmica. Os resultados apontam para a necessidade de que a gestão universitária, por meio de uma abordagem mais sensível, empática e assertiva, revise e aperfeiçoe suas políticas de assistência estudantil e apoio acadêmico. Isso envolve não apenas a ampliação de vagas e a simplificação de processos, mas também a construção de um ambiente institucional que reconheça, valorize e acolha a interseção entre a experiência da maternagem e o percurso acadêmico.

A síntese dos principais problemas identificados e das recomendações decorrentes da pesquisa é apresentada no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Síntese dos problemas identificados e recomendações

Dimensão	Problema identificado	Recomendação
Assistência estudantil: creche	Limite de idade (3 anos e 11 meses) e vagas insuficientes para a demanda existente	Ampliar vagas e criar auxílio financeiro específico para filhos acima do limite de idade

Dimensão	Problema identificado	Recomendação
Assistência estudantil: acesso	Complexidade nos processos seletivos e baixo alcance da comunicação institucional sobre editais	Simplificar processos e ampliar divulgação institucional contínua e acessível
Apoio acadêmico: corpo docente	Falta de empatia, flexibilização e sensibilidade às demandas decorrentes da maternagem	Implementar formação continuada do corpo docente em diversidade, inclusão e gênero
Apoio acadêmico: orientação	Núcleo de Orientação Acadêmica (NOA) em fase de implantação e lacunas no acolhimento individualizado	Consolidar o NOA com protocolo específico de acolhimento e orientação para estudantes-mães
Gestão social: políticas institucionais	Políticas existentes, mas não integradas nem formuladas a partir de abordagem interseccional	Adotar perspectiva interseccional na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas de permanência

Fonte: Elaboração própria (2026).

Conclui-se que uma concepção mais forte de gestão social no âmbito das IES públicas favorecerá mais assertividade em estratégias sensíveis às vulnerabilidades socioeconômicas das estudantes-mães — marcadamente as que interseccionam gênero, raça, classe e território — que disputam pela oferta de recursos materiais e simbólicos para viabilizar o seu êxito acadêmico, o que culminaria em uma ambiência universitária com mais equidade, inclusão e excelência.

Referências

- ATAÍDES, Fernanda Barros; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Anair Araújo de Freitas. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 48, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- BEZERRA, Natália. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SOBRE OS SETE SABERES, 2010, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Uece, 2010.
- BILERT, Vania Souza; BISCOLI, Fabiana Veloso. Perfil dos discentes (ingressantes e concluintes) de Secretariado Executivo: um estudo comparativo nas instituições de ensino superior (IES) públicas. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 33-57, 2011. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/54>. Acesso em: 21 jul. 2026.
- BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 24, n. 47, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/11407>. Acesso em: 21 jul. 2026.

BITTENCOURT, Nathália Brunetti Gonçalves; MENDES, Diego Costa. Estereótipos de gênero no curso de Secretariado Executivo: discussões a partir do olhar de estudantes do gênero masculino. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-169, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1260>. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Primeira infância. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9262.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

CARVALHO, Rutineia Oliveira. Sociedade, mulher e profissão. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/396>. Acesso em: 21 jul. 2026.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **A complementaridade redistribuição-reconhecimento na política afirmativa em curso com baixo prestígio social**: um estudo do curso de secretariado. 2014. Monografia (Especialização) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. A química na educação da Princesa Isabel. **Química Nova**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 349-355, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/MKc9Kc9fkLzLYry6Mqt83mL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2026.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

HOOKE, bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-ensino-superior-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2026.

MAIA, Suzana; BATISTA, Jeferson. Reflexões sobre a autoetnografia. **Revista Prelúdios**, Salvador, v. 9, n. 10, p. 240-246, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 40, p. 11-25, 2018.

Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/6439>. Acesso em: 21 jul. 2026.

MOTA, Antonio Rosembergue Pinheiro; NOVO, Benigno Núñez. The right to education. **Revista Jurídica Portucalense**, Porto, n. 24, p. 111-127, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/juridica/article/view/17198>. Acesso em: 1 nov. 2024.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 41-79, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/28322>. Acesso em: 21 jul. 2026.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Corpo, espacialidade e maternagem: trilhas para uma geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, Salvador, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12472>. Acesso em: 21 jul. 2026.

POLCRI, Maysa. “Só água na geladeira”: alunos denunciam atraso no pagamento de bolsas da UFBA. **Jornal Correio**, [s.l.], 16 jan. 2025. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/so-agua-na-geladeira-alunos-denunciam-atraso-no-pagamento-de-bolsas-da-ufba-0125>. Acesso em: 4 abr. 2026.

SANTOS, Bianca Magalhães dos. **Mãe e estudante**: os desafios de conciliar a maternagem e a graduação em Secretariado Executivo na Universidade Federal da Bahia. 2025. 83 f. Monografia (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.ufba.br/bitstream/ri/41363/1/Bianca%20M%20dos%20Santos%20-%20TCC%20Gradua%c3%a7%c3%a3o%20Secretariado.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil: dificuldades no campo da educação. In: SABÓIA, Gilberto Vergne (org.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001. p. 95-99. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/100000-Seminarios_Regionais_Preparatorios_para_Conferencia_Mundial_Contra_o_Racismo_Discriminacao_Racial.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-479, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p470>. Acesso em: 21 jul. 2026.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/108>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Creche da Ufba**: nota da reitoria. Salvador: Ufba, 5 abr. 2024d. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/creche-da-ufba-nota-da-reitoria. Acesso em: 22 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Edital PROAE 15/2024.2**. Inscrição para seleção de novas vagas dos benefícios: serviço creche e auxílio creche – 2024.2. Salvador: Ufba, 2024b.

Disponível em:

https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/publicar_minuta_edital_15_creche_2024.2.docx_2.pdf. Acesso em: 7 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento interno da Escola de Administração**. Salvador: Ufba, 2024c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução CAE nº 5/2018**. Dispõe sobre o regime de exercícios domiciliares para estudantes com problema de saúde, gestante, puérpera [...]. Salvador: Ufba, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº 5/2022**. Aprova a Política de Assistência Estudantil para a Graduação da Universidade Federal da Bahia, cria o Programa de Apoio à Permanência Estudantil/PROPQ e dá outras providências. Salvador: Ufba, 2022. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/resolucao_no_05.2022_-_consuni.pdf. Acesso em: 7 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº 9/ 2024**. Aprova o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação stricto sensu (REGPG), da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Ufba, 2024a.

VIEIRA, Ailane Costa; SOUZA, Priscilla Bellard Mendes de; ROCHA, Danielle Souza da Paixão. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, Belém, v. 13, n. 25, p. 532-552, 2019.

VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Revista Gênero**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 26-47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31306>. Acesso em: 21 jul. 2026.

WINNICOTT, Donald. **Tudo começa em casa**. Tradução de P. Sandler. São Paulo: Martins Fontes, 1999.